



## Orçamento 2009

# **MOPTC**

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações





#### Despesa Total Consolidada - MOPTC

(Milhões de euros)

|  | 2008<br>Estimativa    | 2009<br>Orçamento | Variação<br>(%) |
|--|-----------------------|-------------------|-----------------|
| SUBSECTOR ESTADO (Serviços Integrados)  1. Funcionamento normal                | 203,5<br>40,6         | •                 | 2,8<br>9,9      |
| 1.1 Com cobertura em receitas gerais 1.2 Com cobertura em receitas consignadas | 36,9<br>3,7           | 37,3              | 1,1<br>97,3     |
| Investimentos do Plano     2.1 Financiamento nacional                          | <b>162,9</b><br>149,9 | 164,5             | 1,0<br>4,1      |
| 2.2 Financiamento comunitário  | 13,0                  | *                 | -35,4           |
| SUBSECTOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS  | 330,4                 | 370,3             | 12,1            |
| Consolidação transferências entre subsectores                                  | 92,0                  | 93,6              | 1,7             |
| DESPESA TOTAL CONSOLIDADA  | 441,9                 | 485,8             | 9,9             |

Nota: Exclui passivos financeiros

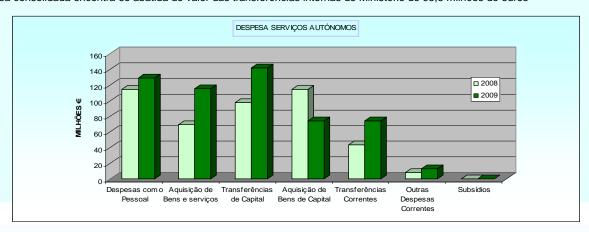




#### Despesa dos Serviços Integrados e dos Serviços e Fundos Autónomos, por fontes de financiamento - MOPTC (Milhões de euros)

|  |   | 2009 Orçamento  |  |  |
|--|---|---|--|--|
|  | Serviços<br>integrados                                    | Serviços e<br>fundos<br>autónomos                               | Despesa<br>consolidada                             |  |
| Despesas com o Pessoal Aquisição de Bens e Serviços Juros e outros encargos Transferências Correntes das quais: transferências de SI para SFA Subsídios Outras Despesas Correntes Aquisição de Bens de Capital Transferências de SI para SFA | 18,<br>15,<br>0,<br>31,<br>29,3<br>0,<br>0,<br>1,<br>141, | 100,3<br>0,0<br>7,43,3<br>0,0<br>0,0<br>0,4<br>6,12,2<br>1,73,3 | 115,9<br>0,0<br>45,7<br>0,0<br>0,4<br>12,8<br>74,4 |  |
| TOTAL  | 209,1   | 370,3   | 485,8  |  |

Nota: A despesa consolidada encontra-se abatida do valor das transferências internas do Ministério de 93,6 milhões de euros



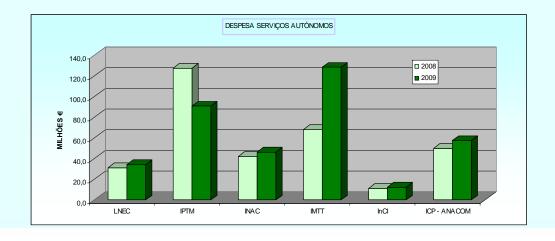




#### Despesa dos Serviços e Fundos Autónomos por fontes de financiamento - MOPTC (Milhões de euros)

|   | 2008<br>Estimativa                            | 2009 Orçamento   |               |   | Variação<br>2009/2008<br>(%) |   |                      |
|---|---|------------------|---------------|---|------------------------------|---|----------------------|
|   |   | Esforço nacional | Financiamento | Receitas                                      | Outras fontes                | TOTAL   |                      |
|   |   | -OE              | U.E           | próprias                                      |                              |   |                      |
| Laboratório Nacional de Engenharia Civil Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos Instituto Nacional de Aviação Civil Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres Instituto da Construção e do Imobiliário ICP - ANACOM | 31,2<br>127,8<br>42,0<br>68,3<br>11,0<br>50,1 | 50,0<br>26,7     |               | 15,7<br>22,4<br>46,5<br>101,6<br>12,5<br>57,6 |                              | 34,2<br>91,0<br>46,5<br>128,5<br>12,5<br>57,6 | 10,7<br>88,1<br>13,6 |
| TOTAL CONSOLIDADO   | 330,4   | 93,6             | 20,4          | 256,3   | 0,0                          | 370,3   | 12,1                 |

Nota: Exclui passivos financeiros







### **PIDDAC**

(valores em Euros)

| Fontes de Financiamento          | OE 2009       | MOPTC       |
|----------------------------------|---------------|-------------|
| Total Geral                      | 4 061 038 938 | 719 858 859 |
| Fin. Nacional                    | 2 038 403 155 | 444 870 914 |
| Fin. Comunitário                 | 2 022 635 783 | 274 987 945 |
| Total Capítulo 50                | 1 671 113 252 | 164 501 732 |
| Receitas Gerais                  | 1 373 438 615 | 156 075 000 |
| Receitas Próprias                | 44 985 479    |             |
| Fundos Comunitários              | 252 689 158   | 8 426 732   |
| Total Outras Fontes              | 2 389 925 686 | 555 357 127 |
| Outras Fontes - Fin. Nacional    | 619 979 061   | 288 795 914 |
| Outras Fontes - Fin. Comunitário | 1 769 946 625 | 266 561 213 |





## CONVERGÊNCIA E CONTRIBUTOS PARA A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DO XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL

- Apostar na competitividade da economia portuguesa dotando o País de infra-estruturas e quadros regulamentares modernos e eficientes
- Contribuir para o reforço da coesão social e dos objectivos definidos na Estratégia de Lisboa e no PRACE através de políticas convergentes e pro-activas
- Aumentar a sustentabilidade financeira do Estado e do SEE através da utilização de modelos de gestão criteriosos e eficazes, assentes na combinação virtuosa de actores públicos e privados
- Reforçar o esforço orçamental nacional, estendendo o conceito de mobilidade sustentável aos mais prementes desafios energéticos do País





#### LINHAS DE ACÇÃO SECTORIAIS

- No domínio dos Transportes, o Governo continuará a ter como base o conceito de "Mobilidade Sustentável", visando:
  - O aumento da qualidade de vida dos portugueses
  - A requalificação da mobilidade urbana
  - A promoção do respeito pelo ambiente
  - A diminuição dos custos totais de transporte
  - A integração eficiente nas redes de transportes internacionais
- No domínio das Comunicações, o Governo prosseguirá o esforço de upgrade tecnológico nacional, visando:
  - A promoção do uso de plataformas lógicas avançadas
  - O acesso de todos os serviços do Estado a redes de banda larga
  - O incentivo ao aparecimento de novos serviços sem fios, como a TDT
  - O reforço da gestão eficiente e dinâmica do espectro radioeléctrico
  - O prosseguimento da modernização dos serviços postais





#### LINHAS DE ACÇÃO SECTORIAIS

- No domínio da Construção e Imobiliário, o Governo incidirá a sua acção no reforço da regulação inteligente e eficiente, visando:
  - O aumento da qualidade no sector da construção
  - A harmonização, sistematização, simplificação e responsabilização dos diversos agente intervenientes no mercado;
  - O reforço da defesa do consumidor





### APOSTA NA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL EM TODAS AS SUAS VERTENTES

- Sistema Ferroviário de Alta Velocidade
- Sistema Ferroviário Convencional
- Sistema Rodoviário
- Sistema Portuário
- Sector do Transporte Aéreo
- Sistema Logístico Nacional
- Mobilidade e Transporte Urbano





#### CRIAÇÃO DA REDE FERROVIÁRIO DE ALTA VELOCIDADE

- Lançamento dos concursos para os troços Pombal-Porto e Lisboa-Pombal (Eixo Lisboa-Porto), e Braga-Valença (Eixo Porto-Vigo)
- Lançamento dos concursos das empreitadas de Construção das Estações Alta Velocidade (AV) de Lisboa e Porto e respectivos troços adjacentes
- Lançamento do concurso relativo à Sinalização e Telecomunicações da Rede de Alta Velocidade
- Lançamento do concurso relativo ao fornecimento, para aquisição do material circulante
- Assinatura do contrato de concessão da Parceria Público-Privada do Troço Poceirão-Caia (Eixo Lisboa-Madrid)





#### REFORÇO DA REDE FERROVIÁRIA CONVENCIONAL

- Conclusão do Plano Estratégico da Linha do Douro
- Intervenções para eliminar estrangulamentos no transporte ferroviário de mercadorias e construção de ramais de acesso a indústrias, serviços e à rede nacional de Plataformas Logísticas
- Melhoria e alargamento da Rede, nas linhas do Sul, Beira-Baixa, Norte, Minho e Douro
- Completar as ligações da linha do Norte ao Porto de Aveiro e de Elvas ao Porto de Sines
- Conclusão do Centro de Comando Operacional de Setúbal
- Supressão de 70 passagens de nível e reclassificação de 50 outras
- Lançamento do concurso para o reordenamento do Nó de Alcântara





#### CONTINUIDADE E CONCRETIZAÇÃO NO SISTEMA RODOVIÁRIO

- Revisão do regime de acesso ao mercado do transporte regular de passageiros que data de 1948
- Lançamento do Plano de Intermodalidade e do Plano de Acção ITS nos Transportes Públicos Colectivos, para reforço da segurança, modernização tecnológica e melhoria da eficiência energética
- Aprovação do plano anual de conservação e beneficiação da rede existente e do Plano de Segurança Rodoviária 2009
- Conclusão da CRIL e do lanço Angeja/Estarreja da A29
- Adjudicação das Concessões Auto-Estradas do Centro, do Litoral Oeste, do Algarve Litoral e do Alto Alentejo
- Início das obras integradas nas Concessões Túnel do Marão, Auto-Estrada Transmontana, Douro Interior, Auto-Estradas do Centro, Baixo Alentejo, Baixo Tejo, Litoral Oeste e Algarve Litoral
- Instalação de 50 equipamentos de recolha automática de dados de tráfego integrados no Sistema de ITS
- Alargamento das utilizações do dispositivo electrónico de matrícula e Monitorização das zonas de acumulação de acidentes com recuro a Novas Tecnologias





### REALIZAÇÃO DE MEDIDAS PRIORITÁRIAS NO SECTOR PORTUÁRIO

- Conclusão dos processos legislativos da Lei de Portos e da Lei Geral Marítima, e elaboração do Plano Nacional Marítimo-Portuário
- Início da implementação do Observatório do mercado do sector portuário
- Desenvolvimento dos procedimentos concursais com vista ao início da implementação dos Sistema VTS das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira
- Implementação de projectos no âmbito das Auto-estradas do Mar nas RTE-T e alargamento do PORTMOS aos restantes portos nacionais
- Modernização dos portos de Viana do Castelo, Leixões, Aveiro, Figueira da Foz, Lisboa (terminal de cruzeiros de Santa Apolónia e terminal de contentores de Alcântara), Setúbal e Sines
- Início das intervenções necessárias à melhoria das condições de navegabilidade dos rios Guadiana e Arade





### PREPARAR ALTERAÇÕES DE FUNDO NO SECTOR DO TRANSPORTE AÉREO

- Continuação das obras de expansão do aeroporto da Portela para fazer face ao aumento da procura até 2017
- Abertura de novas rotas e novos destinos no Aeroporto Sá Carneiro
- Início de obras de ampliação e remodelação dos Aeroportos de Faro e João Paulo II nos Açores
- Lançamento do concurso para a privatização parcial da ANA e a construção do Novo Aeroporto de Lisboa
- Preparação do sistema de navegação aérea para fazer face à implementação do Céu Único Europeu
- Garantir que o espaço aéreo sob responsabilidade de Portugal terá disponibilidade suficiente para o aumento do tráfego previsto
- Conclusão dos estudos técnicos para definição de Blocos Funcionais de espaço aéreo, no âmbito do Céu Único Europeu





### ARRANQUE DA FASE OPERACIONAL DO SISTEMA LOGÍSTICO NACIONAL

- Início da construção da plataforma de Leixões pólos de Gonçalves e de Gatões/Guifões
- Início da operação das plataformas de Castanheira do Ribatejo e do Poceirão
- Início da construção da plataforma transfronteiriça de Elvas/Caia
- Execução das infra-estruturas da plataforma do Porto de Aveiro (ZALI)





#### MODERNIDADE NA MOBILIDADE E TRANSPORTE URBANO

- Modernização das linhas de Sintra, Alentejo, Minho e Cascais
- Consolidação das Autoridades Metropolitanas de Transportes (AMT) de Lisboa e do Porto
- Definição dos mecanismos para a contratação em rede de serviços de transporte colectivo de passageiros
- Elaboração do sistema de actualização automática de informação sobre os transportes públicos de passageiros, garantindo a sua disponibilização pública online
- Definição do quadro de referência de instrumentos de planeamento da acessibilidade, mobilidade e transportes, no âmbito das AMT
- Prosseguimento da expansão da bilhética sem contacto aos operadores privados rodoviários da Área Metropolitana de Lisboa
- Continuação da extensão e modernização do Metropolitano de Lisboa
- Desenvolvimento do sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto e da etapa 1 do Sistema de Mobilidade do Mondego





#### UPGRADE CONTÍNUO NO SECTOR DAS COMUNICAÇÕES

- Consolidação e alargamento das iniciativas e-escolas e e-escolinhas
- Disponibilização de mais informação aos consumidores sobre qualidade de serviço (telefone fixo/móvel, internet e televisão por cabo)
- Designação dos prestadores de Serviço Universal no âmbito das comunicações electrónicas
- Promoção da info-inclusão de grupos socialmente desfavorecidos ou com necessidades especiais, estabelecendo regras anti-discriminatórias
- Actualização o regime ITED e elaboração das normas técnicas no âmbito da constituição do regime ITUR
- Cobertura integral do território nacional por banda larga até ao fim do ano
- Aproximação à média europeia do nº de computadores pessoais com acesso à internet
- Implementação da Televisão Digital Terrestre e preparação do fecho do serviço analógico
- Implementação do processo de liberalização dos serviços postais
- Actualização do quadro regulamentar aplicável aos serviços postais





# REGULAÇÃO INTELIGENTE E EFICIENTE NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO E IMOBILIÁRIO

- Reforço da inspecção nos vários segmentos da cadeia do valor da construção
- Desenvolvimento da Plataforma Tecnológica Portuguesa de Construção, que integrará a Plataforma Tecnológica Europeia desta actividade económica
- Implementação do novo quadro legal da concessão de alvarás para o exercício da actividade da construção
- Revisão do quadro legal do sector, visando a harmonização, sistematização, simplificação e responsabilização dos diversos agentes bem como o reforço da defesa do consumidor
- Desenvolvimento do Observatório de Obras Públicas